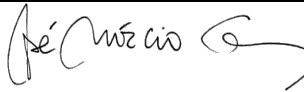




**Proposição:** PEDIF - PEDIDO DE INFORMAÇÃO  
**Número:** 000032/2026

<b>APROVADO</b>
Em: 09/02/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Sr. Presidente.

Sras. Vereadoras.  
Srs. Vereadores.

Nos termos regimentais, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano plenário, que solicite à Exma. Prefeita Municipal de Juiz de Fora, informações e documentos sobre contratação da empresa terceirizada RCL (conforme relatos e comunicações oficiais), e sobre repasses/pagamentos, fiscalização contratual e cumprimento de obrigações trabalhistas (anos de 2025 e 2026).

O Vereador que este subscreve, Sargento Mello Casal, no uso de suas atribuições fiscalizatórias, com fundamento na Lei Orgânica do Município, no Regimento Interno da Câmara Municipal, no art. 31 da Constituição Federal (controle externo) e na Lei Federal nº 12.527/2011 (LAI), bem como considerando os relatos de trabalhadores terceirizados e comunicação oficial divulgada nas redes sociais sob o título "Informes SE" (Secretaria de Educação), a qual afirma: (I) acompanhamento permanente do cumprimento de obrigações trabalhistas; (II) realização de repasses sob responsabilidade do Município; (III) comunicação formal à empresa; e (IV) cronograma de regularização de pagamento aos trabalhadores, vem REQUERER ao Poder Executivo Municipal que preste as informações abaixo e encaminhe cópias integrais dos documentos correspondentes, no prazo regimental/legal.

Isto posto, Requeiro, no prazo legal, a disponibilização das cópias integrais e/ou informações referentes aos seguintes documentos e atos administrativos referentes aos exercícios de 2025 e 2026:

1- Encaminhar cópia integral (PDF) do Contrato com a empresa RCL e todos os aditivos/termos de apostilamento;

2- Encaminhar relatório e documentação comprobatória, mês a mês, contendo:

- Número do empenho, data, dotação, valor empenhado;
- Liquidações (número, data, valor) e documentos de suporte;
- Ordens de pagamento, datas e valores efetivamente pagos;
- Identificação bancária do pagamento com a data efetiva de crédito.

3- Encaminhar cópia de todas as notas fiscais emitidas pela contratada RCL em 2025 e 2026, com:

- Número/competência, valor bruto, retenções, valor líquido;



- Data de atesto/fiscalização e data de protocolo na Prefeitura;
- Comprovação de "medição"/relatório de serviços que fundamentou cada nota.
- 4- Informar se houve Atrasos de pagamento do Município à empresa com as respectivas competências, valores e justificativas;
- 5- Informar se houve retenções, suspensão de pagamento, ou pagamento parcial, com a respectiva justificativa;
- 6- Informar e encaminhar as rotinas e documentos usados pela Secretaria de Educação para "acompanhamento permanente" do cumprimento de obrigações trabalhistas, bem como relatórios de fiscalização mensal (ou equivalente) e registros de visitas/ocorrências nas unidades;
- 7- Informar quais documentos trabalhistas foram exigidos da contratada para cada competência (2025-2026) e encaminhar cópia do que estiver arquivado, incluindo, quando aplicável (folhas de pagamento (ou relatórios sintéticos) por competência; comprovantes de pagamento de salários/benefícios (ou evidências de quitação); guias/relatórios de pagamento FGTS, INSS e demais encargos (eSocial/SEFIP/GFIP/DCTFWeb, conforme o caso) e comprovantes pagamento de vale-transporte/vale-alimentação);
- 8- Encaminhar cópia de toda comunicação formal do Poder Público à empresa RCL tais como:
  - Notificações, ofícios, e-mails, mensagens via processo eletrônico;
  - Termos de ocorrência, advertências, multas, instauração de processo sancionatório;
  - Atas de reunião e registros de tratativas com a empresa.
- 9- Informar se houve abertura de:
  - a) Processo administrativo de apuração de inadimplemento contratual/trabalhista;
  - b) Aplicação de penalidades (advertência/multa/suspensão/impedimento), com status e fundamento;
  - c) Comunicação ao Ministério Público do Trabalho, sindicatos, ou outros órgãos (se aplicável).
- 10- Informar quais áreas/unidades da Prefeitura participaram do fluxo (Secretaria de Educação, Fazenda, Procuradoria, etc);
- 11- Informar se a Controladoria realizou auditoria/inspeção no contrato, em caso de positivo encaminhar cópia do relatório;
- 12- Informar se há apontamentos do controle interno/externo relacionados à terceirização na Educação (2025-2026);
- 13- A Administração considera haver risco de interrupção do serviço nas unidades



escolares por inadimplemento? Quais planos de contingência foram ou poderão ser adotados (contratação emergencial, remanejamento etc.)?

**Havendo sigilo/dados pessoais, seja aplicada a técnica de tarja/anonimização, sem prejuízo do fornecimento do conteúdo necessário ao controle e fiscalização;**

As informações sejam respondidas de forma completa, objetiva e documentada, com planilhas e arquivos digitais em PDF, abrangendo todo o período de 2025 e 2026.

O presente pedido visa garantir o pleno exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, bem como a observância dos princípios da legalidade, publicidade, transparência e controle dos atos administrativos.

Palácio Barbosa Lima, 9 de fevereiro de 2026.

Carlos Alberto de Mello  
Vereador Sargento Mello Casal - PL

